

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO AMBIENTE DO PORTO

Ao dia 13 de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezasseis horas, reuniu nos Paços do Concelho o CMA – Conselho Municipal do Ambiente, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo I, devidamente convocados para o efeito.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ata da reunião de 5 de abril foi aprovada por unanimidade.

Ponto 1: **Apresentação do Plano Municipal de Ação Climática 2030, por Marta Pinto.**

Marta Pinto referiu que iria apresentar o Plano Municipal de Ação Climática mais focada na parte da adaptação. Reforçou a importância de que, quando falamos de adaptação climática temos de olhar para a redução de gases com efeito de estufa mas também, e em paralelo, dar muita importância à adaptação. “Retirar os gases de efeito de estufa da atmosfera na verdade não depende só de nós, no caso da adaptação ao território estamos a falar de ações implementadas a nível local, que vão permitir à cidade do Porto, ao território, às pessoas, estarem mais preparadas para situações de eventos climáticos extremos”, reiterou Marta Pinto.

Focou que descarbonizar a cidade não é um problema, mas sim oportunidades que se podem integrar do ponto de vista económico, paisagístico...

Marta Pinto referiu que, este plano que está a ser apresentado não surge do zero, “estamos a tentar integrar a ação do município neste plano, todas aquelas medidas que já estão dispersas por várias unidades orgânicas, por várias empresas municipais tentar dar-lhes um sentido, organizar a informação”,

afirmou. Informou que, o objetivo é chegar a 2030 com um território mais adaptado e com a neutralidade carbónica e para isso o município tem investido em diferentes medidas, quer num PDM ambicioso, quer integrar o *Carbon Disclosure Project* que permite comparar o Porto com outras cidades, e a implementação de projetos concretos.

O Plano é simples, está estruturado de acordo com as recomendações da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com a componente das alterações climáticas, as vulnerabilidades e impactos, os riscos, os objetivos, as ações que se querem implementar.

Relativamente à componente da adaptação Marta Pinto fez uma breve apresentação. Referiu que já existiu um documento em 2016 e que agora quiseram olhar para esse mesmo documento e ver o que foi feito neste período até 2023. Compilando toda a informação no universo municipal verificamos que, nesse período foram desenvolvidos 184 projetos e houve um investimento global de 234 milhões de euros em áreas como estrutura verde, edificado e água.

Apesar de tudo aquilo que se tem feito, continuamos a ter estes fenómenos extremos mais frequentes.

“Nós sabemos que vai existir uma tendência na cidade do Porto para as temperaturas máximas estarem acima da média. E a temperatura mínima decrescer em torno desta média, a 30 anos”, referiu Marta Pinto. Relativamente à precipitação aquilo que se verifica é que vai ser muito mais concentrada em períodos muito curtos.

No que concerne ao nível do mar há a previsão de subida entre 0,5 e 0,7 centímetros até 2100, um cenário que não é muito animador.

As vulnerabilidades da cidade passam por características biofísicas e morfológicas do território, uso e gestão do território, temos uma população muito envelhecida, estamos dependentes de influências externas e questões de governança, onde existe alguma desadequação entre entidades sobre estas questões.

Pensando na cidade do Porto, foram avaliados os riscos climáticos do Plano atual e Marta Pinto referiu que, foram acrescentados para o território do Porto o frio extremo, as secas e a erosão costeira.

O Plano de ação foi organizado em 7 objetivos, a saber:

- 1 - Aumentar a proteção das zonas de risco natural e das áreas vulneráveis;
- 2 – Promover a adaptação do edificado público e privado;
- 3 – Em termos de espaço público aumentar a resiliência;
- 4 - Continuar a melhorar a eficiência de todo o ciclo urbano da água;
- 5 – Trabalhar sistemas de alerta e emergência;
- 6 – Promover a saúde e segurança das pessoas;
- 7 – Promover a literacia climática.

Para cada um destes objetivos foram definidas metas quantitativas. Relativamente às áreas de risco natural (investimento municipal) investir na frente marítima cerca de 15 milhões de euros (do município), 31 milhões de euros da APDL e da APA. 5 milhões de euros na proteção de escarpas, garantir a aquisição de propriedades em escarpas e reabilitar mais 2,5 km de linhas de água na cidade.

Marta Pinto deu o exemplo de uma ação concreta que já começou a ser feita – a transformação da Ilha dos Moinhos.

Destacou para 2030 o Índice Ambiental do Porto, para estimular promotores de projetos urbanísticos, através de incentivos como redução de taxas urbanísticas, à construção sustentável. Este Índice tem 4 componentes temáticas - construção, energética, estrutura verde e gestão da água - está na reta final para estar pronto e no próximo ano estará em funcionamento, conclui Marta Pinto.

O objetivo 3 passa por é criar 150 hectares de área verde com novos parques e jardins e requalificar os espaços que já existem. Exemplo: O trabalho que está a ser feito na Quinta de Salgueiros, em Campanhã, mais de 5 hectares que estão a ser transformados. Este espaço também será usado como um espaço de demonstração de soluções de base natural – utilizar bacias de retenção, utilizar

o espaço numa ótica de laboratório, tentar perceber ali que SBN é que podem ser usadas no contexto urbano para melhorar a gestão urbana e reduzir a nossa vulnerabilidade aos eventos mais extremos.

Objetivo 4 (eficiência de todo o ciclo urbano da água) – estão definidas metas específicas com destaque para redução em 25% de ocorrências relacionadas com as inundações urbanas superficiais – destaque para o projeto “Porto mais permeável” que está em implementação (exemplo deste tipo de intervenção: Jardim Paulo Valada).

Relativamente aos sistemas de alerta o objetivo passa por expandir a rede de monitorização meteorológica e de sensorização ambiental da cidade.

No penúltimo objetivo (promoção da saúde e segurança das pessoas) com a reabilitação de centros de saúde. (10 milhões).

Quanto ao último objetivo, a propósito da literacia climática, Marta Pinto referiu que o município gostaria que esta literacia fosse transformadora e deu o exemplo de projetos mais práticos como o projeto de 3 anos, o Adapta-te, com foco no ensino secundário e profissional.

O investimento global rondará os 300 milhões de euros até 2030, na componente da adaptação.

Depois da apresentação de Marta Pinto foi a vez de Daniel Freitas, Diretor para a Neutralidade Carbónica do Porto, fazer a sua apresentação tendo referido que, na área da mitigação, a Agência de Energia do Porto é um parceiro fundamental.

Daniel Freitas apresentou a evolução das emissões de gases com efeito de estufa. Em 2019 já tínhamos uma redução de 38% e em 2021 na ordem dos 41%, face ao ano básico de 2004.

Os primeiros dados sobre esta temática são de 2024. No PAES do Porto, a cidade reduziu as suas emissões em 30% até 2019 e 42% até 2021.

No Porto, a distribuição de GEE passa por 51% energia estacionária e 41,8% transportes e por isso as medidas estão muito ligadas a estes dois sectores.

O esforço não passa só pelo Município, que apenas corresponde apenas a 5%, mas por outros agentes, através do Pacto do Porto para o Clima.

Desde 2009 que o Município está empenhado no combate e adaptação às alterações climáticas, tendo sido um Município pioneiro na subscrição do Pacto dos Autarcas.

Desde então, o Porto foi desenhando as suas metas de descarbonização e de adaptação que resultaram num caminho de redução de emissões sustentado, mas ao mesmo tempo ambicioso, tendo culminado, em 2021, no compromisso de atingir a neutralidade carbónica em 2030.

Na Missão cidades o Porto foi selecionado para a missão de atingir a neutralidade carbónica até 2030, portanto as várias políticas vão-se alinhando no objetivo conjunto: assumir-se como uma das cidades líderes em termos europeus. Um dos objetivos deste trabalho, da liderança das 100 cidades, era estabelecer o contrato climático do Porto. Daniel Freitas explicou o que é o contrato climático.

No Plano de ação climática Daniel Freitas referiu que temos 5 grandes áreas: sistemas energéticos, na área de mobilidade e transportes, na área do ambiente construído (edifícios) e uma participação da área dos resíduos e da economia circular, focada na estrutura verde e soluções de base natural, focada na compensação de carbono.

As medidas estão a ser implementadas no horizonte temporal de 2019 a 2030. Algumas já estão implementadas como a aquisição de energia renovável 100% certificada, comunidades de energia renovável (Projeto Piloto no Bairro social Agra do Amial), e incentivos a proprietários privados.

Outro dos eixos passa pela mobilidade e transportes com a redução, por exemplo, da necessidade de transporte de passageiros monitorizado e o incentivo ao uso do transporte público, com a criação de novas linhas do metro, redução do preço dos bilhetes e viagens gratuitas dos 0 aos 23 anos. Daniel Freitas falou ainda da necessidade de maior eficiência em ETAR e da importância das árvores.

Daniel Freitas apresentou uma síntese dos investimentos.

Filipe Araújo referiu que este é um trabalho que tem vindo a fazer ao longo dos anos e hoje é a apresentação pública do Plano de Ação Climática, que posteriormente terá uma participação pública com contributos.

“Nós até agora temos mais carros a circular, mas porque as pessoas não têm resposta alternativa”, referiu o Vereador. Nesse sentido o município neste momento está a investir nos transportes públicos e na maneira como nos deslocamos. “Queremos a transição para um transporte mais sustentável, partilhado”, concluiu.

Quanto à adaptação considera estar no terreno com ações concretas como retirar pessoas do terreno e recuperar os jardins, dando o exemplo do Jardim Paulo Valado, onde vão ser criadas bacias de retenção.

Questões dos participantes:

Francisco Ferreira – Ass. Zero – Falou do projeto Life e questionou sobre algumas das áreas mais críticas para a população mais vulnerável, que julga estarem a ser subestimadas na apresentação.

Gostaria de ver dividido a comparticipação das verbas da Câmara. Gostava de saber de onde vêm o quê e o que já se gastou.

Considera que o Pacto do Clima compromete as pessoas e as instituições, mas julga que compromete os outros municípios.

Para finalizar questionou a componente pública e privada. Será que consigo ter essa estimativa? Como é que em termos de compensação vamos conseguir chegar a esse valor?

No que concerne ao transporte público como impor medidas de consumo ao transporte individual.

O Vereador referiu que em termos de avaliação é feito através de estudos académicos.

Na componente adaptação é praticamente o investimento todo feito pelo município.

Pedro Pombeiro, Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental, esclareceu que, face a 2016 não tínhamos a componente frio e agora criamos, e a componente de calor estava como muito baixo, com base em estudos, nomeadamente da professora Ana Monteiro. Passamos de muito baixo para moderado, sendo que depois evolui para crítico, apesar do esforço de criar sombra, por exemplo Em relação aos custos na componente de adaptação é quase tudo do município.

Estamos a trabalhar com alguns projetos como as árvores projeto com Futuro das 100 mil árvores e as Serras do Porto.

Filipe Araújo, complementou que, o investimento foi feito foi cerca de 600 milhões de euros nas várias áreas. O Plano até 2030 é de 2 milhões – público e privado.

Pela primeira vez nós passamos a dizer quanto dinheiro precisamos e em quê que temos de aplicar.

Quanto à captação acho impossível ser a cidade a fazê-lo. Investir por exemplo nas serras do Porto. O município está disposto a investir em Floresta para atingir os objetivos.

Enquanto tivermos a VCI a servir de auto estrada será difícil atingir alguns objetivos.

Marta Pinto fez ainda uma nota em relação à matriz de risco. A avaliação que, por exemplo dos colegas da proteção civil, que tiveram envolvidos neste processo, fazem da matriz de risco é diferente pois a avaliação dos mesmo riscos é diferente, mediante a sua realidade, pois ponderam outros critérios.

A matriz de risco é definida com base na probabilidade e no impacto que nós estimamos que cada um deles possa vir a ter no território.

Gostaríamos de ter uma entendida supramunicipal trabalhar com vários municípios, para que existisse coordenação dos diferentes municípios.

Paulo Farinha Marques, da Universidade do Porto – Preocupa-me a especulação a que este tipo de narrativas dê lugar. A questão do litoral, dos cursos de água, e definir estratégias práticas para nos prepararmos.

Deveríamos ter mais cuidado com o desenho urbano. Há um desfasamento enorme em quem concebe e quem o faz. É necessário espaço uno, permeável. É preciso espaço, espaço para infiltrar. É preciso maximizar a área da função pública.

As árvores não vou conseguir absorver o carbono que produzimos.

Filipe Araújo considera que este caminho tem de ser feito pela sociedade. E que hoje falamos do “Porto mais Permeável” como não era possível há 5 anos atrás. Mudou o paradigma.

Não há um investidor privado se o Município não lhe falar destas coisas. O privado vai querer estar alinhado com os nossos patamares de desenvolvimento.

O índice Ambiental nunca foi testado em Portugal, queremos fazê-lo a partir do próximo ano.

Belmiro Cunha – NDMALO – Porquê que só agora estamos a falar do Plano se deveria ser apresentado em fevereiro? Porque não foi partilhado antes com os Conselheiros?

O Porto tem um problema, o espaço, não cresce e temos grandes ocupações indevidas. O Plano de ação climática não deveria ser nacional e não local?

Filipe Araújo referiu que agora temos um PDM ligado à sustentabilidade da cidade. O Plano sempre existiu. Mas a APA só em março enviou as regras para este plano.

Cristina Santos – PAN – Questionou sobre a mobilidade suave. É necessária uma mudança de paradigma. Deu o exemplo da ciclovia, da avenida da Boavista, e das crianças a poderem percorrer.

Pedro Viana – Campo Aberto – Destacou o tema da impermeabilização do solo – considera que o PDM é um desastre. Nós queremos saber a trajetória do município nesta matéria, que contabilizem o risco da impermeabilização.

Dulce Marcos de Almeida – Solicitou projetos de rua e de bairros para a literacia ambiental.

Andreia Cabral – CCDR Norte – Referiu que a legislação determinou que os planos deveriam ser concluídos ao mesmo tempo. Explicou a prazos.

Vereador – eu sou um regionalista convicto, que permita tratar de problemas como a VCI.

“É impossível numa cidade como o Porto ter tantas ciclovias, a nossa cidade tem as mesmas características há séculos. É possível ter zonas de ciclovias, zonas de 20km hora. É necessário criar redes para os meios suaves paulatinamente”, concluiu o Vereador.

Sobre o PDM. “Uma cidade não está cristalizada. Quando falamos em construção em altura libertando espaço julgo que poderá ser a solução”, disse o Vereador Filipe Araújo.

Sobre projetos de comunidade e de rua o Vereador deu alguns exemplos, como a Rua Rodrigues Freitas, a Quinta de Salgueiros etc.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Municipal do Ambiente, Filipe Araújo agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente do Conselho Municipal do Ambiente do Porto



Anexo I

CONSELHO MUNICIPAL DO AMBIENTE Folha de Presenças – 13 de dezembro 2024

INSTITUIÇÃO	NOME	Assinatura
Nomeado CMP	Paulo Farinha Marques	
Nomeado CMP	Isabel Branco Martins	
Nomeado CMP	Ana Monteiro de Sousa	
Convidado Academia	Roque Brandão	X
ARPPA – Ass. Reg. Proteção Património Cultural	Dulce Marques Almeida	
CAMPO ABERTO	Pedro Viana	
FAPAS	Nuno Oliveira	
NDMALO	Belmiro Cunha	
QUERCUS	Célia Vilas Boas	
OLHO VIVO	António Joaquim Luz	
FORESTIS	Rosário Alves	
AMO Portugal – Associação Mãos à Obra	Carlos Evaristo	
OPE - Organização para a Promoção dos Ecoclubes	Joana Santos Silva	
Zero –Ass. Sistema Terrestre Sustentável	Francisco Ferreira	
Rui Moreira: Aqui Há Porto - RM	Miguel Barbosa	
Partido Socialista - PS	Helena Maia	
Partido Social Democrata – PSD	Sílvia Lopes Soares	
Coligação Democrática Unitária - CDU	Rui Sá	
Chega	Paulo Martins	

	NOME	Assinatura
Bloco de Esquerda - BE	Manuel Semedo	
Pessoas-Animais-Natureza – PAN	Cristina Santos	
Junta de Freguesia de Campanhã	Ana Gomes – repres. X	
Junta de Freguesia do Bonfim	João Aguiar	
Junta de Freguesia de Paranhos	Luís Seabra <i>Teresa Neta</i>	
Junta de Freguesia de Ramalde	Ana Alonso	
União de Freguesias Aldoar, Foz e Nevogilde	Ana Furtado	
União de Freguesias do Centro Histórico do Porto	Nuno Cruz	
União de Freguesias Lordelo do Ouro e Massarelos	Sofia Maia	
CCDR-N - Direção de Serviços de Ambiente	Joana Freitas	
Pelouro do Ambiente	Filipe Araújo	
Pelouro do Urbanismo	Susana Bettencourt – repres.	
Porto Ambiente, EM	Luís Assunção	
Agência de Energia do Porto	Rui Pimenta	
Águas e Energia do Porto, EM	Ruben Fernandes	
Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas	Gabriela Leite	
Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental	Pedro Pombeiro	
Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano	Susana Bettencourt <i>RITA LOPES REPRÉS.</i>	